

26 OUT 1985  
26 OUT 1985  
JORNAL DO BRASIL

# Grupo une legendas contra Constituinte congressual

Brasília — Existe uma fórmula intermediária entre a Assembléia Constituinte Congressual, como quer o Governo, e a chamada exclusiva: é a Constituinte composta por deputados e senadores, mas que terão unicamente a função de constituintes, enquanto não se encerrarem os trabalhos de elaboração da nova Carta. Só depois, eles assumiriam a função de congressistas, compondo, então, Câmara e Senado.

É isso que propõe a emenda de autoria do líder do PDS na Câmara, Deputado Prisco Viana, ao substitutivo da Comissão Mista que convoca a Constituinte. Na defesa dessa posição, cerra fileiras um grupo heterogêneo, formado por parlamentares do PDS, PMDB e PFL, além das bancadas do PT e PDT.

Incluindo deputados como João Gilberto (PMDB-RS), Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Israel Pinheiro Filho (PFL-MG), o grupo quer que a própria Constituinte decida quem exercerá a função de legislar ordinariamente durante seu período de funcionamento.

Pela proposta do Governo, a Constituinte formada por deputados e senadores deverá atuar também como Congresso, com as duas casas — Câmara e Senado — compostas e trabalhando normalmente com a legislação

ordinária. João Gilberto e Bonifácio de Andrada acham que isso diminuirá a importância da Constituinte.

No entender do grupo que apóia a emenda Prisco Viana, se a Constituinte dividir espaço com o Congresso, dividirá também as atenções dos parlamentares, da imprensa e da sociedade. Por esse raciocínio, o Governo poderá, por exemplo, enviar um projeto polêmico ao Congresso, para desviar a atenção da Constituinte — e vice-versa —, no momento em que isso lhe interessar.

“O governo quer enfraquecer a Constituinte porque teme a redução do mandato do presidente, teme o parlamentarismo. Tudo porque não quer reduzir, mas ampliar, seu poder”, diz Andrada.

Os malufistas do grupo aliam-se ao PDT para defender a bandeira das eleições diretas de Presidente da República em 1986, porque consideram que o momento é bom para levantar o debate. Mas o objetivo imediato é a emenda de Prisco, que, se aprovada, abrirá maior espaço para a discussão do mandato presidencial, revela Andrada.

Leia editorial **Jogo de Cena**

ANC 88  
Pasta 10/85-2  
131/1985

## Esforço foi só o 1º round

Brasília — Em toda essa semana, o Congresso não aprovou efetivamente nada, pois falta o 2º turno da votação, mas encaminhou a aprovação das seguintes questões: reforma tributária de emergência e convocação da Constituinte, à qual estão acopladas outras questões, como a ampliação da anistia para militares e funcionários civis e alterações nos prazos de desincompatibilização.

### Aprovado em 1º turno

- Reforma tributária de emergência — injeção de Cr\$ 100 bilhões nos cofres de Estados e Municípios neste ano e Cr\$ 8,6 trilhões em 86
- Convocação da Constituinte — composta por deputados e senadores — para 87
- Novos prazos de desincompatibilização — seis meses para ministros e secretários de Estado que têm mandato parlamentar e de nove meses para os que não têm

- Anistia para militares e funcionários civis cassados por atos institucionais — com revisão dos salários atuais, mas sem reintegração ao serviço nem recebimento de atrasados.

### O que foi rejeitado

- Anistia da emenda Uequed — incluía militares e funcionários punidos por atos administrativos, com direito a reintegração e recebimento de atrasados.
- Emenda Domingos Leonelli — excluía da Constituinte os 23 senadores eleitos em 1982.

### O que falta votar

- Em 2º turno tudo que foi aprovado no 1º
- Quatro destaques ao substitutivo da emenda da Constituinte: Constituinte separada do Congresso; ampliação da anistia, com pagamento de atrasados; promoção dos punidos por critério de títulos; e inclusão dos ministros do Judiciário nos prazos de desincompatibilização.

## Deputado prevê derrota de “pacote”

Brasília — Em discurso na sessão matutina da Câmara, o Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) assegurou que “muito mais difícil” do que foi a derrota da anistia e a aprovação da convocação da Assembléia Nacional Constituinte em primeiro turno, será a votação do próximo “pacote econômico” que o Governo pretende enviar em breve, ao Congresso. Assegurou que a proposta aumentando impostos não tem chance de ser aprovada.

Para o Deputado pernambucano, o Congresso não tem condições para apoiar aumentos tributários, “pois durante vinte anos o PMDB e os demais opositores combateram a política fiscal do Governo, por considerá-la draconiana, e agora não poderão negar-se a si mesmos, onerando ainda mais o povo para resolver os problemas financeiros do Governo”.

O Presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), foi acusado em plenário, pelo Deputado José Fernandes (AM), vice-líder do PDS, de haver “comandado a retirada, a fuga, carregando o estandarte daqueles que se acovardaram diante talvez de

pressões externas”, durante as votações da emenda constitucional que convoca a Assembléia Nacional Constituinte.

Havia apenas 15 deputados no plenário durante a sessão matutina da Câmara, e o Deputado José Tomaz Nonô (PFL-AL) foi a única voz a defender o Presidente da Câmara.

José Fernandes sugeriu que o Presidente do PMDB mude a sua famosa frase de que “navegar é preciso” para “agora, fugir é preciso”, enquanto Adail Vitorazzo (PDS-SP) afirmou que o medo dominou o PMDB, tendo o seu Presidente “reduzido a cinzas a bandeira da anistia que o seu próprio partido levantara anteriormente”.

“O Presidente Sarney, mesmo um pouco aborrecido, entendeu perfeitamente a posição dos parlamentares (206) que votaram a favor da emenda Jorge Uequed, pela anistia ampla e irrestrita. Como o ex-parlamentar, o Presidente sabe que os políticos têm compromissos com os seus eleitores”, disse o Senador Cid Sampaio (PMDB-PE), ao sair de audiência com o Presidente da República.